

ENTREVISTA

PERSPECTIVAS SOBRE O ORIENTE MÉDIO

por Luiz Antônio Araujo

Texto: Eric Raupp e Vinícios Sparremberger

Colaboração: Franco Chitolina e João Henrique Salles Jung



Luiz Antônio Araujo em palestra sobre a relação entre Brasil e Oriente Médio, na ESPM-Sul.
Foto: Amanda Xavier

Em seus 48 anos de vida e 28 de profissão, o jornalista Luiz Antônio Araujo assistiu, presenciou e trabalhou na cobertura de inúmeros conflitos mundiais, documentando o desenvolver da história. Desde 1996, ele integra a equipe de profissionais do Jornal Zero Hora, onde atualmente é editor e colunista internacional.

Em 2001, foi enviado ao Paquistão após os ataques de 11 de setembro, nos Estados Unidos, para cobrir a guerra do Afeganistão e, 10 anos depois, foi ao Egito para acompanhar a revolução que derrubou o então presidente Hosni Mubarak. “Eu tive a sorte ou o azar de ao longo da minha vida ter assistido processos distintos de revolução, de levante e de rebelião massiva. Isso tudo pra mim foi muito impactante”, analisa o repórter.

Em entrevista à Revista Novas Fronteiras, o jornalista falou sobre suas experiências e perspectivas acerca do Oriente Médio, em especial as questões relativas ao Estado Islâmico (EI). Destacou o papel de grandes nações na resolução dos conflitos e também abordou as perspectivas do Brasil e seu papel na política externa.

O Estado Islâmico do Iraque e do Levante é um grupo terrorista, extremista que está atrozando a todos que se mostram contra suas ideologias. Como foi o surgimento desse grupo?

Para entender o Estado Islâmico, é preciso conhecer um pouco da história recente do Oriente Médio. Em 2003, os Estados Unidos decidiram invadir o Iraque sob a justificativa da Guerra ao Terror. Existe uma frase do crítico literário americano Harold Bloom que diz o seguinte: “a crítica literária freudiana é como o Sacro Império Romano. Não é sacro, nem império, nem romano. A crítica literária freudiana não é nem crítica, nem freudiana e nem literária”. A meu ver o mesmo pode ser dito sobre a Guerra Global ao Terror, pois não era nem guerra, nem global, nem ao terror. Foi um conjunto de intervenções dos Estados Unidos, desencadeado a partir do 11 de setembro, em regiões que interessavam geopoliticamente ao governo Bush.

A ocupação do Afeganistão, por exemplo, ocorreu sob a justificativa que de naquele momento a cúpula da Al-Qaeda estava abrigada no país. Mas a verdade é que o povo afegão não teve praticamente nenhuma relação com o 11 de setembro. Estamos falando de uma guerra de 14 anos, originada de uma intervenção contra um povo cuja única relação com a conspiração era aquela existente entre as cúpulas da organização que planejou o atentado. Bin Laden sempre representou um grupo minoritário no arco político e ideológico do mundo árabe. Nunca teve expressão política a ponto de atrair grandes grupos, mas por trás da Al-Qaeda existiam interesses poderosos.

Em 2001, a estrutura da Al-Qaeda foi varrida de forma muito fácil do Afeganistão. Em 2003, quando Bush decidiu invadir o Iraque, destruiu um regime de mais 40 anos muito peculiar, apoiado em uma minoria, os árabes sunitas. Quando o regime de Hussein caiu, Bush não tinha um plano: a agenda era promover a democracia, mas sem entender que dificilmente se pode fazer democracia depois de uma invasão tão injustificada.

Nesse contexto, uma das organizações que conse-

guiu de alguma forma empalmar com a resistência à invasão foi a chamada Al-Qaeda no Iraque, fundada pelo jordaniano Abu Musab al-Zarqawi, que declarou lealdade à Osama Bin Laden após a invasão americana. Esse jordaniano, entre 2003 até sua morte em 2006, foi a figura mais importante da resistência sunita, e sua organização desfrutavam da simpatia dos sunitas, porque estava enraizada nas cidades, nas tribos. Foi esse grupo que originou o Estado Islâmico.

Então, em primeiro lugar é um equívoco chamar o Estado Islâmico de grupo terrorista nos mesmos padrões da Al-Qaeda. Ele é um grupo que, embora derive desta, faz coisas que ela nunca pensou em fazer. O Estado Islâmico é uma tentativa de responder à modernidade e se torna a ideologia oficial do reino nesse processo, assemelhando-se com o nacionalismo árabe. Ou seja, o Estado Islâmico surge para ser parte da resistência à da invasão americana no Iraque.

Após a Primavera Árabe em 2011, elementos do EI, derrotados e isolados, migraram para a Síria e iniciaram uma insurreição em áreas de presença sunita. O financiamento vem basicamente de doadores da região do golfo: Arábia Saudita, Bahrein, Catar e Emirados Árabes. Isso significa a possibilidade de pagar um salário para os integrantes que nem o regime sírio de Bashar al-Assad pode pagar.

Em meio um contexto de guerra civil, crise política e econômica e de falta de perspectiva da juventude nesses países, e isso assegura apoio às suas famílias e pode ser interessante. Por outro lado, para as monarquias do golfo é interessante mandar os seus jovens lutar no exterior. Porque esses jovens não tiverem um “brinquedo”, eles podem resolver “brincar” em casa.

Quais são as perspectivas para a manutenção do Estado Islâmico no Oriente Médio?

Neste momento, o Estado Islâmico começa a funcionar como uma espécie de franquía. Enquanto organização, seu centro é o Iraque e a Síria. Podemos até dizer que sem o Iraque, derrotado e expulso de Tikrit e, provavelmente, nos próximos meses, ex-

pulso de Mossul, o EI tende a se desintegrar, porque os sunitas iraquianos constituem o cerne dele. Já na Síria, minha percepção é de que a grande maioria dos combatentes do Estado Islâmico são estrangeiros.

Como você interpreta o contexto curdo nesse momento tumultuado na região entre Iraque, Síria e Turquia junto com essa questão do EI, que também age no local?

O nacionalismo curdo é um nacionalismo muito antigo. Os curdos são um povo que tem uma língua própria, uma cultura, uma história, uma tradição e que estão divididos basicamente entre quatro países. Estamos falando dos curdos, mas eu poderia estar falando dos árabes, ou dos turcos, ou dos azeris. A verdade é que os curdos parecem que colocam muito claramente de maneira justa a questão do direito a um Estado.

O Curdistão já existe no papel, num tratado do início dos anos 20, mas que depois foi pifado porque não interessava nem aos turcos, nem ao Irã e, principalmente, à Grã-Bretanha e à França, que eram as potências dominantes na região. Então, nacionalismo curdo é consequência dessa história. Vemos, por exemplo, o grupo político que governa o Curdistão Iraquiano, os Barzani, tem uma história terrível de luta contra outras organizações curdas. Em algumas circunstâncias eles se aliaram, seja com o governo iraniano ou turco contra o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), grupo de extrema esquerda. Se olharmos o PKK por outro lado, veremos que, até 1990, o PKK tinha uma sede em funcionamento perfeitamente legal, na cidade de Damasco.

Eu perguntei para pessoas ligadas ao PKK na Turquia: “Como vocês conviviam com o al-Assad?” Como, de uma hora para outra, al-Assad e Turquia fizeram um acordo relacionado à questão das fronteiras?”. Até hoje existem problemas de fronteira, mas, como parte desse acordo, os turcos exigiram que o PKK fosse expulso; isso foi feito. Mas não vejo como se opor ao direito do povo curdo à autodeterminação, se o povo curdo quer ter um país eles têm o direito de ter.

A paz é uma realidade que pode ser considerada para o Oriente Médio?

Eu vejo que a questão da autodeterminação das nacionalidades é a única maneira para alcançar um processo de paz numa região como o Oriente Médio. Os povos têm o direito à autodeterminação. Se eles não puderem decidir o que eles são, não puderem decidir a forma como se organizam, como vão respeitar a forma de outros povos se organizarem?

Atualmente está em pauta no cenário internacional o regime sírio. Existe uma pressão norte-americana na Síria?

A gente sabe que o regime sírio hoje é o principal aliado da Rússia no Oriente Médio. Particularmente, não acho que existe de fato pressão americana contra o regime sírio. É evidente que os EUA não apóiam politicamente, inclusive já condenaram o governo sírio em vários aspectos, mas me parece que a política americana nunca foi, nem no auge da Primavera Árabe, de fato exigir a saída de al-Assad. Alguns dirão que essa foi uma posição pragmática do Obama em função do veto russo, mas eu acredito que mudança de regime não é a política dos EUA.

A política dos EUA é, na minha visão, “estamos nos retirando da região, quer dizer, já invadimos o Afeganistão e ‘quebramos’ a cara, invadimos o Iraque e ‘quebramos’ a cara”. O eleitor americano não vai tolerar que o presidente eleito em 2008, com ideologia contrária à invasão do Iraque, inicie uma invasão, seja na Síria, no Iêmen ou novamente no Iraque - há conselheiros americanos no Iraque nesse momento, então eu acho que os EUA nunca se empenharam seriamente pela saída do Assad. Num determinado momento a oposição síria recebeu apoio logístico em armas via Turquia, via Arábia Saudita e via Jordânia, e certamente os EUA concordaram com isso, mas é diferente de apoiar uma oposição.

Acredito que os sírios, assim com eu, não veem os EUA como uma força que bombardeie ou que faça o jogo da oposição contra o regime. Pelo con-

trário, percebem os norte-americanos deixando um regime, digamos, intacto. Isso se comprova também no terreno diplomático, onde os EUA têm feito sucessivas tentativas de trazer o governo para a mesa de negociação. Durante uma entrevista, John Kerry disse novamente: “temos que negociar e, se o regime quiser negociar, ele que venha”, e aí não há negociação possível porque a oposição disse: “com o regime nós não negociamos”.

Inclusive já ouvi de integrantes de várias facções a seguinte frase: “*se eu tivesse que escolher, não gostaria de escolher, mas se tivesse que escolher entre os Estado Islâmico e Assad, escolheria o EI, mesmo sendo difícil*”. Eu entrevistei um ex-oficial do exército sírio sunita e perguntei algo similar, mas em outro contexto. Ele me olhou, ficou em silêncio e disse que nada era bom, tudo era ruim: “*eles acabam com a sua alma, eles acabam com a sua moral, com a sua integridade*”. Esse homem fora ex-combatente do regime, depois passou pelo principal grupo de oposição da Síria, até ficar oito meses lutando pelo do EI. Ele me dizia assim: “*se eu tivesse que escolher eu voltaria a lutar no EI contra o regime de Assad*”.

Atualmente não se fala tanto sobre a Líbia e o Egito, berços da Primavera Árabe. Não é mais a alta das Relações Internacionais, pelo menos para o grande público. Como você enxerga esse contexto hoje?

Eu estive na Praça Tahrir, eu vi as pessoas exigindo a queda de Hosni Mubarak, eu vi os muçulmanos rezando e os coptas (cristãos egípcios) parados em volta, fazendo corrente para proteger. Eu vi aquele movimento surgir praticamente do nada, e o vice-presidente americano dizia durante a rebelião que Mubarak não era um ditador.

O que acontece e o que aconteceu desde então, tem que ser olhado em perspectiva: a Primavera Árabe não cumpriu todas suas promessas. Mas, queda das ditaduras no cone sul que não cumpriu todas suas promessas mas nós convivemos com o legado. Há 25 anos caiu a ditadura no Brasil, e nós tivemos

no dia 15 de março uma parte minoritária, mas ainda visível da população, dizer que é preciso um regime militar. Então, não me sinto apto em fazer um julgamento, em posição de superior, do Egito, da Líbia. A história está cheia de movimentos cíclicos, e quando vimos a dissolução da União Soviética em 1991, quando vimos Bush pai prometendo uma nova ordem mundial, não poderíamos sonhar que o 11 de setembro aconteceria, que surgiria um Boko Haram, um Al Shabab, um Estado Islâmico. No mundo árabe, viveremos um processo longo de revoltas e contrarrevoltas, avanços e retrocessos, crimes bárbaros e atos heróicos, atos de solidariedade, de melhora, como aqueles da praça Tahrir.

E o que dizer sobre o conflito Israel e Palestina?

Embora eu nunca tenha coberto o conflito Israelo-Palestino diretamente, de alguma forma esse conflito e essa região são parte da minha vida. Sou de Santa Maria, uma cidade que tem uma grande colônia judaica e árabe. Esse é um conflito onde as soluções políticas parecem frustrantes e ainda há grandes problemas a serem enfrentados. São dois povos dividindo a mesma terra.

Demorou muito para que se chegasse à essa ideia, porque durante muito tempo a liderança israelense negou a existência do povo palestino. Golda Meir (fundadora do Estado de Israel) afirmava com todas as letras que os palestinos não existiam. Somente a partir dos anos 90 e dos processos de paz de Oslo que a liderança israelense deu início à aceitação desta realidade histórica. Por outro lado, a liderança palestina tem traído sucessivamente todo tipo de esperança que possa existir num processo de paz, de unificação. A Autoridade Palestina é uma instituição absolutamente corrupta, cujo presidente parece estar interessado em morrer no cargo, porque nunca convocou eleições desde que assumiu a presidência.

Portanto, as perspectivas de paz entre israelenses e palestinos estão nas mãos daqueles segmentos dos dois lados que hoje são ultraminoritários, como um

dia foram minoritários aqueles que achavam que tinha que ter democracia no cone sul, como um dia foram minoritários aqueles que achavam que tinha que ter democracia na União Soviética. No caso das eleições israelenses, mal conseguiram entrar no Knesset. No caso palestino, alguns provavelmente estão presos e detêm a chave do futuro.

Essa chave do futuro tem que vir de um processo que rompa tanto com o caminho do Estado de Israel, cujo Primeiro-Ministro no cargo disse no *Facebook* que “o governo do Likud está em perigo e temos que votar porque os árabes estão indo em massa às urnas”, ou seja, é como se ele tivesse tocando o alarme das invasões bárbaras. Os árabes em questão eram cidadãos de Israel que foram tratados como intrusos, invasores ou extraterrestres - talvez, porque a história dos palestinos dentro de Israel muitas vezes lembra a ideia de extraterrestres, pois ninguém sabe muito o que eles estão fazendo ali e na verdade eles nasceram ali. Por parte da liderança palestina, eu acho que é preciso encontrar soluções políticas.

Eu sou otimista em relação a uma resolução. Acredito que um número cada vez maior de pessoas entende o conflito porque o que está em jogo está documentado, visível e compreensível: a questão da terra, do respeito aos direitos humanos, do respeito à diversidade, da solidariedade ao outro.

Qual o papel dos países emergentes nos conflitos no Oriente Médio?

Em primeiro lugar, os países emergentes não são iguais nem são parte do mesmo processo. Se pegarmos os BRIC's, temos a Rússia, que é uma potência pelos menos desde o século XVIII e que foi desde então determinante para a história do mundo. Então, esse é um país que tem peso, que tem poderio atômico e que busca se reinserir no mundo.

Neste momento, com base nas suas piores tendências, com uma ideologia nacionalista, religiosa e exclusivista e principalmente sob o comando do presidente Vladimir Putin, eu não enxergo a Rússia capaz de ter um papel positivo ou progressivo na ordem

mundial. No dia que os russos se livrarem do Putin, eu espero que eles sejam capazes de construir um regime radicalmente mais democrático, mais junto.

A China, em poucos anos vai ser a maior economia do mundo e vai influenciar a história de uma forma como nunca antes foi feita. Contudo, não podemos vê-la igualmente como um país que possa servir de panaceia para os problemas que hoje são vividos no Oriente Médio, na África ou mesmo no Brasil. A Índia não tem nenhum projeto expansivo que coloque o num patamar de grande influência.

Como o Brasil poderia atuar nesse contexto?

De todos esses países, tirando a África do Sul, somos o único que não tem disputas territoriais com vizinhos e cuja tradição é de não intervenção. Por outro lado, nos últimos dez anos, começamos a ter voz em alguns aspectos. A grande questão é: o que Brasil vai ser e o que o Brasil quer ser?

Nosso país compriu um papel positivo em 2010 em relação ao Irã e à assinatura do acordo de Teerã. O Brasil tem papel importante também jno que diz respeito à Cuba, à medida em que apoia e de alguma maneira atua como um agente de diálogo. O Brasil cumpriu um papel importante na Venezuela quando se colocou contra o golpe. Infelizmente, se discute pouco a presença brasileira no exterior. Mas o Brasil precisa ter posição mais proeminente. A diplomacia dos anos 90 que ficou conhecida como a “diplomacia descalça”, não pode ser um parâmetro.

Eu sou crítico da política externa dos governos Lula e Dilma; julgo-a no mínimo contraditória. No Haiti, por exemplo, a atuação do Brasil é digna de lamentação. Tornamo-nos uma força ocupante, atuando como um “guarda-noturno” dos Estados Unidos e contrariando toda nossa história. Afinal, o que nós fizemos no Haiti? Qual foi a nossa contribuição? O que o Brasil contribuiu para a construção de um Estado onde os haitianos possam pensar no seu futuro? Eu acho que contribuímos muito pouco.